

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESCS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

ANA BEATRIZ SIEGLITZ DA SILVEIRA

**ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR DO SUL CATARINENSE: A PERCEPÇÃO
DOS GESTORES SOBRE A PRESENÇA DOS PRINCÍPIOS DE GOVERNANÇA
CORPORATIVA**

CRICIÚMA

2025

ANA BEATRIZ SIEGLITZ DA SILVEIRA

**ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR DO SUL CATARINENSE: A PERCEPÇÃO
DOS GESTORES SOBRE A PRESENÇA DOS PRINCÍPIOS DE GOVERNANÇA
CORPORATIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de bacharela no curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador(a): Prof. Me. Sérgio Mendonça da Silva

CRICIÚMA

2025

ANA BEATRIZ SIEGLITZ DA SILVEIRA

**ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR DO SUL CATARINENSE: A PERCEPÇÃO
DOS GESTORES SOBRE A PRESENÇA DOS PRINCÍPIOS DE GOVERNANÇA
CORPORATIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado
para obtenção do grau de bacharela no curso de
Ciências Contábeis da Universidade do Extremo
Sul Catarinense, UNESC.

Criciúma, 02 de dezembro de 2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Sergio Mendonça da Silva - Mestre - (Unesc) - Orientador

Prof. Carolina Citadin Milaneze -Especialista – (Unesc)

Prof. Realdo de Oliveira da Silva -Mestre – (Unesc)

Agradeço à Deus que me manteve forte, à minha família por todo apoio e a todos professores que estiveram comigo ao longo desta jornada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me conceder força, sabedoria e perseverança para enfrentar cada desafio ao longo desta jornada acadêmica.

A minha família, em especial a minha mãe Karina Sieglitz, a minha vó Erna Sônia Sieglitz e a meu esposo e companheiro de vida Matheus Fernandes da Silva, por todo amor, incentivo e apoio incondicional, que foram fundamentais para a realização deste trabalho e para a concretização de mais essa etapa da minha vida.

Aos professores, especialmente ao meu orientador Professor Mestre Sérgio Mendonça da Silva, que com dedicação e paciência compartilharam seus conhecimentos, contribuindo significativamente para o meu crescimento pessoal e profissional.

A meus colegas e companheiros nessa jornada, Fernanda Farias Fernandes e Mateus Dos Santos Aguiar, que foram fundamentais até aqui, sempre nos apoiando. E a todos que, de alguma forma, fizeram parte dessa caminhada, deixo minha sincera gratidão.

“A sabedoria é o princípio da coisa; mais do que tudo, adquiere a sabedoria; sim, com todas as tuas posses, adquiere o entendimento.”

Provérbios 4:7

ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR DO SUL CATARINENSE: A PERCEPÇÃO DOS GESTORES SOBRE A PRESENÇA DOS PRINCÍPIOS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Ana Beatriz Sieglitz da Silveira ¹

Sérgio Mendonça da Silva ²

RESUMO: As entidades do terceiro setor desempenham um papel essencial na promoção do desenvolvimento social e comunitário, porém muitas ainda enfrentam desafios relacionados à adoção de práticas de governança corporativa. Este estudo tem como objetivo analisar o grau de adesão das entidades do terceiro setor do sul catarinense aos princípios da governança corporativa propostos pelo IBGC (2023), buscando compreender como esses princípios são percebidos e aplicados na gestão institucional. A pesquisa possui abordagem qualitativa, de caráter descritivo, e foi realizada por meio de levantamento com questionário estruturado, aplicado a gestores e representantes de entidades sem fins lucrativos. Os resultados evidenciam que os princípios de transparência e responsabilidade corporativa são amplamente reconhecidos pelos gestores como fundamentais para fortalecer a credibilidade e garantir a sustentabilidade das organizações. No entanto, o princípio da gestão de riscos ainda demonstra adesão limitada, indicando a necessidade de maior estruturação de processos internos e mecanismos de controle. Conclui-se que a adoção efetiva dos princípios de governança corporativa podem contribuir significativamente para a credibilidade, sustentabilidade e desenvolvimento das entidades do terceiro setor.

PALAVRAS – CHAVE: Governança corporativa. Terceiro setor. Entidades. Integridade. Transparência. Equidade. Responsabilização. Sustentabilidade.

ÁREA TEMÁTICA: Tema 06 – Contabilidade Gerencial

1 INTRODUÇÃO

O Terceiro Setor é regido por três importantes leis no Brasil, a Lei das OSCIPs (Lei nº 9.790/1999), define as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público como entidades que atuam em áreas de interesse público, como educação, saúde e assistência social. Essa lei estabelece os requisitos e procedimentos para que uma organização seja qualificada como OSCIP. O Código Civil Brasileiro (Lei nº

¹ Acadêmico do curso de Ciências Contábeis da UNESC, Criciúma, Santa Catarina, Brasil.

² Titulação (Especialista/Mestre/Doutor), UNESC, Criciúma, Santa Catarina, Brasil.

10.406/2002) define as organizações sem fins lucrativos, incluindo as do Terceiro Setor, e estabelece normas e diretrizes para a sua atuação. O código define os tipos de organizações sem fins lucrativos, como associações e fundações, e estabelece regras para a sua constituição, funcionamento e dissolução. A Lei do Terceiro Setor (Lei nº 13.019/2014) estabelece normas gerais para as parcerias entre o poder público e as organizações da sociedade civil, incluindo as OSCIPs. Essa lei define os termos e condições para a celebração de parcerias, bem como os direitos e obrigações das partes envolvidas (Brasil, 1999, 2002, 2014).

As organizações brasileiras se dividem em três setores, sendo o Primeiro Setor o setor público, o Segundo Setor o setor privado, e o Terceiro Setor que é constituído pelas organizações jurídicas sem fins lucrativos, como ONGs, fundações, associações, cooperativas, organizações sociais e religiosas (Tenório, 1998). Segundo Salamon, o crescimento do Terceiro Setor surgiu devido a lacunas deixadas pelo setor público e privado, criando a necessidade de suprir demandas e pressões da sociedade e do próprio Estado e trazendo um grande impacto na sociedade, fazendo parte do processo histórico, nos movimentos sociais e na construção da sociedade atual (Salamon, 1998).

A interação entre a sociedade e o Estado, na gestão social baseada no diálogo sugere que os indivíduos devem reconhecer seu papel fundamental como sujeitos sociais, assumindo uma postura ativa e solidária na construção da comunidade, sendo assim, além de contribuir como cidadãos e eleitores, eles devem participar ativamente dos destinos de sua comunidade, nesse contexto, o Terceiro Setor é um espaço privilegiado para a integração social, promovendo a cooperação, a participação ativa dos cidadãos e fortalecendo os laços entre essas esferas, com uma gestão mais solidária (Tenório, 1998).

A Governança Corporativa é uma importante ferramenta na busca de melhorias de resultados, pois é formada por princípios, regras, estruturas e processos, que buscam a garantia de direitos dos interessados pelas organizações que nela se apoiam. O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) estabelece cinco princípios essenciais para a governança: Integridade, Transparência, Equidade, Responsabilização e Sustentabilidade. Os princípios da Governança Corporativa são a base das práticas estabelecidas no código de práticas do IBGC, fornecendo orientação para a interpretação e aplicação das recomendações. Eles ajudam a preencher lacunas e a encontrar soluções para situações específicas, considerando as características e o nível de maturidade de cada organização (IBGC 2023).

A Governança Corporativa, sob uma visão moderna e integrada, destaca a importância da responsabilidade corporativa, que envolve o compromisso de gerenciar impactos em diversas áreas, como fiscal, social, trabalhista, comunitária, ambiental e societária. Essa abordagem ressalta a interação com *stakeholders* e o ambiente, visando a sustentabilidade a longo prazo. Nesse contexto, a aplicação dos princípios da Governança Corporativa é fundamental para garantir práticas responsáveis e éticas, promovendo a confiança e o sucesso das organizações (Gonzales, 2012).

Nesse sentido, os princípios da Governança Corporativa podem ser ferramentas de grande impacto para as entidades do Terceiro Setor, reafirmando suas políticas internas e externas, fortalecendo suas estruturas a percepção e a comunicação com os seus *stakeholders* (partes interessadas). Apesar da relevância da governança para o Terceiro Setor, presume-se que a adesão dessas entidades aos princípios propostos pelo IBGC ainda é um tema pouco explorado na região Sul

Catarinense. Assim, sugere-se investigar o nível de conformidade dessas organizações, identificando desafios e oportunidades para aprimorar sua gestão e fortalecer sua atuação social.

Diante desse contexto, esse estudo tem a seguinte questão de pesquisa: Qual é a percepção dos gestores de entidades do Terceiro Setor do Sul Catarinense acerca dos princípios de Governança Corporativa?

Com isso, o objetivo geral desse estudo é analisar a percepção dos gestores das entidades do Terceiro Setor do Sul Catarinense quanto aos dos princípios de Governança Corporativa.

Para alcançar o objetivo geral desse estudo propõe-se os seguintes objetivos específicos; caracterizar o perfil dos gestores respondentes e das entidades do Terceiro Setor participantes da pesquisa na região do Sul Catarinense; identificar o nível de conhecimento dos gestores sobre os princípios de Governança Corporativa definidos pelo IBGC (2023); analisar e ranquear o grau de concordância dos gestores em relação à aplicabilidade e à relevância dos princípios de Governança Corporativa do IBGC nas entidades do Terceiro Setor.

Este estudo tem relevância, pois do ponto de vista prático ao explorar os princípios da Governança Corporativa nas entidades do Terceiro Setor, pode contribuir para a identificação de desafios e obstáculos na gestão dessas organizações, permitindo que os gestores desenvolvam estratégias e mecanismos de controle eficazes para promover a governança, transparência e responsabilidade corporativa. Do ponto de vista social as entidades do Terceiro Setor desempenham um papel significativo na sociedade, fornecendo serviços e apoio a comunidades carentes, e a Governança Corporativa eficaz é fundamental para garantir a utilização eficiente de recursos e alcançar objetivos sociais, protegendo a reputação dessas organizações. Do ponto de vista teórico é relevante pois permite a aplicação e desenvolvimento de conceitos teóricos em um contexto prático e real, contribuindo para o avanço do conhecimento nessa área e auxiliando em futuras pesquisas sobre o assunto.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção é apresentada a fundamentação teórica, abordando Terceiro Setor, entidades do Terceiro Setor, Prestação de Contas no Terceiro Setor, Governança Corporativa e Princípios da Governança Corporativa.

2.1 TERCEIRO SETOR

O surgimento do Terceiro Setor no Brasil e no mundo representa um grande desafio para abordar as necessidades das comunidades carentes e desprovidas de recursos. Esse segmento busca complementar as ações do setor público e das empresas privadas, que muitas vezes não conseguem atender às demandas sociais. A assistência a comunidades carentes é complexa e desafiadora, especialmente em países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, onde o crescimento populacional desordenado e a falta de conscientização sobre controle da natalidade agravam os problemas sociais. No Brasil, a marginalização social é um problema histórico que preocupa autoridades governamentais e a sociedade. Desde os anos 1970, as populações que vivem abaixo da linha de pobreza têm sido objeto de atenção

constante, com o Terceiro Setor desempenhando um papel importante na busca por soluções e apoio a essas comunidades (Mañas; Medeiros, 2012).

A gestão de Organizações Não Governamentais (ONGs) é complexa devido às diferentes abordagens de gestão, mas seu objetivo principal é promover a transformação social e a efetividade por meio de uma base ética (Vidal; Branco, 2004). Segundo Vidal e Branco (2004), apesar das complexidades, a essência dessas organizações está no exercício pleno da cidadania e na busca por um impacto social positivo. Nesse contexto, a gestão de ONGs enfrenta desafios significativos, mas também oferece oportunidades para uma gestão mais responsável e comprometida com o bem-estar das pessoas. (Vidal; Branco, 2004)

A Lei 9.790/1999 foi um marco importante para o Terceiro Setor no Brasil, pois permitiu a qualificação de entidades como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e trouxe algumas inovações importantes, como a possibilidade de remuneração dos diretores de entidades de acordo com padrões de mercado. Essa medida visou reduzir o amadorismo na gestão das entidades, contribuindo para o alcance de melhores padrões de eficiência na condução dos programas sociais e educacionais. Além disso, a Lei 10.637/2002 veio complementar essa medida, autorizando a remuneração de dirigentes sem a perda da isenção ou imunidade ao imposto de renda, desde que sejam atendidas certas condições (Szazi, 2006).

2.1.1 Entidades do Terceiro Setor no Brasil

A concessão de doações e patrocínios é um tema importante para as entidades beneficentes, pois envolve riscos de desvio de finalidade e lavagem de dinheiro. As entidades podem receber doações de pessoas físicas ou jurídicas, mas essas doações devem ser realizadas sem qualquer contrapartida direta ou indireta para o doador. Para proteger a organização, é necessário estabelecer um procedimento específico que trate do tema, incluindo uma política que fixe claramente as hipóteses de cabimento e vedações, o processo de recepção e concessão de doações e patrocínios, e responsabilidades e atribuições das áreas responsáveis. Isso ajuda a garantir que as doações sejam utilizadas para os fins previstos e que não haja desvio de finalidade ou lavagem de dinheiro (Gonçalves, 2024).

A transparência é fundamental nesse processo, e as entidades beneficentes devem ter um controle rigoroso sobre as doações e patrocínios, garantindo que sejam transparentes em suas ações e decisões. Além disso, é importante que as entidades tenham um procedimento claro para a concessão de doações, especialmente quando se trata de ativos físicos que não servem mais para a organização (Gonçalves, 2024).

Apesar das entidades do terceiro setor não possuírem fins lucrativos, assim como os demais setores, os mesmos devem seguir diretrizes pré-estabelecidas, como o cumprimento de normas, regras, regimentos, e condutas, baseadas nas legislações vigentes. No que tange a prestação de contas, o Terceiro Setor, assim como as demais organizações, também deve prestar contas, aos seus financiadores, doadores, ao setor público e à sociedade. Segundo Mário et al. (2013), a Contabilidade desempenha um papel crucial nas entidades do Terceiro Setor, pois deve fornecer à sociedade, de maneira transparente e clara, demonstrativos financeiros que evidenciem a geração de resultados sociais positivos a partir dos recursos aplicados. Essas entidades devem prestar contas ao setor público através das suas demonstrações contábeis seguindo as práticas contábeis adotadas no Brasil

para entidades sem fins lucrativos que compreendem as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) (CFC, 2015).

De acordo com Ruth Cardoso (1997), o Terceiro Setor no Brasil é composto por diversas entidades que atuam em áreas como assistência social, educação, saúde, meio ambiente, entre outras. Ela destaca a importância dessas organizações na promoção do desenvolvimento social sustentado e na complementação das ações do Estado. Essas entidades podem ser classificadas em diferentes categorias, conforme adaptação da Legislação Brasileira no quadro a seguir:

Quadro 1 – Entidades do Terceiro Setor, conforme Legislação Brasileira.
(continua)

Tipo De Entidade	Descrição
Organizações Não Governamentais (ONGS)	Embora o termo "ONG" não seja definido em uma lei específica, a Constituição Federal de 1988 (art. 5º, XVII a XXI, e art. 150, VI, "c") reconhece a liberdade de associação e a atuação das entidades sem fins lucrativos. São entidades privadas que atuam em áreas como assistência social, educação, saúde, meio ambiente, direitos humanos, entre outras, com o objetivo de promover o bem-estar social e o interesse público. Podem ser registradas como associações ou fundações, e devem seguir as regras e regulamentações aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.
Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPS)	As Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), são entidades privadas sem fins lucrativos que atuam em áreas de interesse público, como assistência social, educação, saúde, cultura, meio ambiente e promoção de direitos. Embora a qualificação como OSCIP continue prevista na Lei nº 9.790/1999, o regime de parcerias com o poder público passou a ser disciplinado principalmente pela Lei nº 13.019/2014, conhecida como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), de acordo com a mesma, as entidades devem observar regras específicas para firmar parcerias com a administração pública, especialmente quanto à transparência, à prestação de contas e à formalização por meio de Termos de Colaboração, Termos de Fomento ou Acordos de Cooperação.
Associações	O Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002, art. 53 a 61) define as associações como entidades privadas sem fins lucrativos que reúnem pessoas com interesses comuns. As associações podem atuar em áreas como cultura, esporte, assistência social, entre outras, e devem ser registradas no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas. As associações têm autonomia para gerir seus próprios assuntos e tomar decisões, desde que respeitem as regras e regulamentações aplicáveis.
Fundações	O Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002, art. 62 a 69) define as fundações como entidades privadas sem fins lucrativos que são criadas para promover atividades de interesse público. As fundações devem ser instituídas por uma pessoa física ou jurídica que destine um patrimônio para a realização de objetivos específicos, como assistência social, educação, saúde, entre outras. As fundações devem ser registradas no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas e são supervisionadas pelo Ministério Público.

(conclusão)

Tipo De Entidade	Descrição
Entidades Beneficentes	A Lei nº 12.101/2009 estabelece os requisitos para a certificação das entidades beneficentes de assistência social, que são entidades privadas sem fins lucrativos que prestam serviços de assistência social, como hospitais, creches, abrigos, entre outras. Para obter a certificação, as entidades devem atender aos requisitos estabelecidos na Lei nº 12.101/2009 e no Decreto nº 7.237/2010, e ser aprovadas pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). As entidades beneficentes certificadas podem gozar de benefícios fiscais e financeiros, como a imunidade tributária e a possibilidade de celebrar convênios com o poder público.

Fonte: Brasil, 1988,1999,2002,2009,2010,2014.

2.2 GOVERNANÇA CORPORATIVA

Segundo Gonzalez (2012), para comentar o conceito de Governança Corporativa, é importante refletir sobre o real significado das palavras que estão na raiz desse termo: Governo e Corporação. Assim, o termo Governo significa ação ou efeito de governar(-se); ato ou efeito de dirigir; administração, chefia, direção; capacidade ou possibilidade de exercer domínio, sobre (algo); controle. Ou seja, transferindo esse conceito para o setor privado, entendessemos que as empresas também precisam ser bem “governadas”. Corporação, por sua vez, se traduz por conjunto de pessoas que apresentam alguma afinidade profissional, de ideias etc., organizadas em uma associação e sujeitas ao mesmo estatuto ou regulamento (Gonzales, 2012).

A Governança Corporativa passou por vários marcos históricos, porém, o de maior relevância se deu com a criação da Lei Sarbanes-Oxley (SOX) de 2002. Essa Lei foi criada para melhorar a Governança Corporativa e a transparência nas empresas, especialmente após os escândalos de fraude corporativa nos EUA. Após esses escândalos se fortaleceu a discussão sobre Governança Corporativa. Os principais objetivos da Lei SOX são melhorar a precisão e confiabilidade das demonstrações financeiras, prevenir e detectar fraudes, e aumentar a transparência e a responsabilidade estabelecendo regras e regulamentações para isso (Gonzales, 2012).

No Brasil foram os marcos históricos que marcaram a Governança Corporativa. A criação do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), em 1999, o IBGC é uma entidade sem fins lucrativos que visa promover a Governança Corporativa no Brasil, sendo de suma importância para a disseminação de práticas de Governança Corporativa no país. E o segundo é o surgimento da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), a OCDE é uma organização internacional que reúne atualmente 38 países com economias desenvolvidas. Ela foi criada em 1961 com o objetivo de promover a cooperação econômica e o desenvolvimento sustentável entre seus membros. A OCDE desempenha um papel importante na promoção de práticas de Governança Corporativa e na elaboração de diretrizes e recomendações para os países membros (Gonzales, 2012).

A ética é um conjunto de valores e princípios que guiam o comportamento humano nas sociedades complexas. Ela surge do senso de coletividade e interdependência, motivando os indivíduos a colaborar para o bem comum. Inicialmente, a ética nas empresas visava proteger os sócios contra fraudes e abusos. Hoje, ela abrange uma ampla gama de partes interessadas, incluindo colaboradores,

fornecedores, clientes, comunidades, meio ambiente e sociedade. Nessa perspectiva, a ética fundamenta os cinco princípios de Governança Corporativa (IBGC 2023).

2.2.1 Princípios da Governança Corporativa

De acordo com o IBGC, os princípios da Governança Corporativa são a base das práticas do Código, guiando a interpretação e aplicação das recomendações. Esses princípios são universais, aplicando-se a todas as organizações, independentemente de tamanho, natureza jurídica ou estrutura de capital. Além de cumprir leis e regulamentos, os agentes de governança devem atuar de acordo com esses princípios, que são o alicerce da boa governança (IBGC, 2023). Estes princípios serão listados no quadro 2 a seguir:

Quadro 2 – Princípios da Governança Corporativa. IBGC, 2023.

Princípios	Descrição
Integridade	Praticar e promover o contínuo aprimoramento da cultura ética na organização, evitando decisões sob a influência de conflitos de interesses, mantendo a coerência entre discurso e ação e preservando a lealdade à organização e o cuidado com suas partes interessadas, com a sociedade em geral e com o meio ambiente.
Transparência	Disponibilizar, para as partes interessadas, informações verdadeiras, tempestivas, coerentes, claras e relevantes, sejam elas positivas ou negativas, e não apenas aquelas exigidas por leis ou regulamentos. Essas informações não devem restringir-se ao desempenho econômico-financeiro, contemplando também os fatores ambiental, social e de governança. A promoção da transparência favorece o desenvolvimento dos negócios e estimula um ambiente de confiança para o relacionamento de todas as partes interessadas.
Equidade	Tratar todos os sócios e demais partes interessadas de maneira justa, levando em consideração seus direitos, deveres, necessidades, interesses e expectativas, como indivíduos ou coletivamente. A equidade pressupõe uma abordagem diferenciada conforme as relações e demandas de cada parte interessada com a organização, motivada pelo senso de justiça, respeito, diversidade, inclusão, pluralismo e igualdade de direitos e oportunidades.
Responsabilização (Accountability)	Desempenhar suas funções com diligência, independência e com vistas à geração de valor sustentável no longo prazo, assumindo a responsabilidade pelas consequências de seus atos e omissões. Além disso, prestar contas de sua atuação de modo claro, conciso, compreensível e tempestivo, cientes de que suas decisões podem não apenas responsabilizá-los individualmente, como impactar a organização, suas partes interessadas e o meio ambiente.
Sustentabilidade	Zelar pela viabilidade econômico-financeira da organização, reduzir as externalidades negativas de seus negócios e operações, e aumentar as positivas, levando em consideração, no seu modelo de negócios, os diversos capitais (financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social, natural, reputacional) no curto, médio e longo prazos. Nessa perspectiva, compreender que as organizações atuam em uma relação de interdependência com os ecossistemas social, econômico e ambiental, fortalecendo seu protagonismo e suas responsabilidades perante a sociedade.

Fonte: Adaptação IBGC (2023).

2.2.2 Governança Corporativa no Terceiro Setor

Segundo Zugliani (2023), uma governança eficaz é fundamental para garantir a eficiência e a transparência no uso dos recursos pelas Organizações Sociais. Diante do significativo volume de recursos públicos recebidos por essas entidades, é essencial ajustar o sistema e aprimorar os mecanismos de controle e fiscalização. Isso visa garantir a eficácia e a transparência da governança, permitindo que os recursos sejam utilizados de forma responsável e em benefício da sociedade (Zugliani, 2023).

As empresas com fins lucrativos têm como objetivo principal gerar lucro para os sócios e acionistas, já as Organizações Não-Governamentais (ONGs) têm um papel importante na sociedade, defendendo direitos de minorias, desenvolvendo comunidades carentes e protegendo o meio ambiente. Para garantir que esses objetivos sejam alcançados, é fundamental ter uma governança eficaz. A governança nas ONGs visa assegurar que os interesses dos financiadores, doadores, governo e beneficiários sejam atendidos, isso é especialmente importante devido ao alto volume de recursos administrados por essas organizações e ao impacto que têm na sociedade, sendo assim, com uma governança adequada, as ONGs podem cumprir melhor sua missão e contribuir positivamente para a sociedade (Rocha; Feitosa, 2013).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção, são abordados os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa, assim como as técnicas relacionadas à análise dos dados obtidos na investigação.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Quanto à abordagem do problema, esta pesquisa será quantitativa, pois, de acordo com Babbie (2010), a pesquisa quantitativa baseia-se na mensuração de variáveis e no uso de procedimentos estatísticos para analisar padrões e relações, permitindo maior objetividade e possibilidade de generalização dos resultados. Bryman (2012) complementa afirmando que a abordagem quantitativa busca examinar fenômenos por meio de dados numéricos, estruturados e passíveis de tratamento estatístico.

Quanto aos objetivos, o estudo caracteriza-se como descritivo. Segundo Gil (2019), as pesquisas descritivas têm como propósito identificar, registrar e analisar características de uma população ou fenômeno, oferecendo um retrato preciso de suas dimensões. De maneira semelhante, Malhotra (2012) destaca que a pesquisa descritiva é apropriada quando se deseja determinar perfis, comportamentos e atitudes de um grupo, com foco em maior precisão e clareza na descrição do objeto investigado.

Quanto à estratégia de pesquisa, será utilizado o método de levantamento (survey). Conforme explica Malhotra (2012), o levantamento é uma das estratégias mais empregadas em pesquisas quantitativas, pois permite coletar dados padronizados por meio de questionários estruturados aplicados a uma amostra representativa. Babbie (2010) reforça que surveys são especialmente úteis para investigar percepções, opiniões e características de grandes populações, tornando-os adequados para análises estatísticas e comparações entre grupos.

3.2 PROCEDIMENTO DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

A pesquisa foi direcionada a gestores de entidades sem fins lucrativos do terceiro setor ou pessoas que fazem parte da gestão dessas entidades no Sul de Santa Catarina. O processo de coleta de dados foi realizado por meio de um questionário composto por três blocos. O primeiro bloco apresentou perguntas fechadas relacionadas ao perfil dos respondentes, o segundo bloco tratava do perfil da entidade, também com perguntas fechadas, e o terceiro bloco abordou os princípios de governança corporativa com perguntas fechadas, e por fim duas perguntas abertas.

O questionário foi aplicado por meio da plataforma *Google Forms* e enviado aos participantes da pesquisa por meio de um link compartilhado pelo aplicativo *WhatsApp* e *e-mail*. O período de coleta de dados ocorreu entre os dias 02 e 20 de outubro de 2025, totalizando 19 dias, e o questionário foi enviado a 43 entidades, das quais 20 responderam.

O primeiro bloco tinha 5 perguntas referentes ao perfil do respondente, enquanto o segundo bloco tinha 9 perguntas sobre o perfil da entidade. O terceiro bloco foi dividido em cinco princípios de governança corporativa (Integridade, Transparência, Equidade, Responsabilização e Sustentabilidade), sendo cada princípio dividido em 4 categorias. Para cada categoria, foram formuladas 4 afirmações, com 5 opções de respostas fechadas, utilizando-se a escala de Likert.

Após o encerramento da pesquisa, os dados coletados foram organizados e tabulados em planilhas *Excel*, seguindo a estrutura exigida pelos blocos do questionário.

O Quadro 3 traz as informações referente a categorização da pesquisa.

Quadro 3 – Categorização da Pesquisa

Princípio	Categoria	Afirmações
Integridade	Código de Conduta	Para cada categoria de cada princípio foram criadas 4 afirmativas relacionadas aos conceitos e fundamentos dos princípios de governança corporativa apresentados na fundamentação teórica desse estudo.
	Conflito de Interesses	
	Conduta Ética	
	Canal e Controle de Denúncias	
Transparência	Divulgação Financeira	
	Comunicação Institucional	
	Prestação de Contas	
	Acesso à Informação	
Equidade	Tratamento Justo dos membros	
	Participação	
	Processos de Seleção	
	Gestão de Pessoas	
Responsabilização	Estrutura de Governança	
	Prestação de Contas	
	Auditoria e Controle	
	Conformidade Legal	
Sustentabilidade	Planejamento Estratégico	
	Sustentabilidade Financeira	
	Sustentabilidade Institucional	
	Sustentabilidade Socioambiental	

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Para captar a percepção dos gestores sobre os princípios de governança corporativa, foi utilizada uma escala Likert de 5 pontos (escala 1-5) para avaliar o nível de concordância ou discordância em relação às afirmações apresentadas em cada uma das categorias dos princípios.

As opções oferecidas permitiram aos participantes da pesquisa indicar se concordavam ou discordavam, com as seguintes alternativas: discordo totalmente (DT), discordo parcialmente (DP), Neutro (N), concordo parcialmente (CP) e concordo totalmente (CT).

No Quadro 4, apresenta-se a escala Likert (1-5) aplicada neste estudo, referente aos quatro princípios de governança corporativa: Equidade, Transparência, Prestação de Contas e Responsabilidade Corporativa.

Quadro 4 – Escala Likert

Item	Níveis de Concordância	Peso (%)
1	Discordo Totalmente (DT)	0 (zero)
2	Discordo Parcialmente (DP)	25
3	Neutro (N)	50
4	Concordo Parcialmente (CP)	75
5	Concordo Totalmente (CT)	100

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção, são apresentados e detalhados os resultados da pesquisa, investigando a percepção dos gestores de entidades do terceiro setor do sul catarinense em relação aos cinco princípios de governança corporativa.

A seção está dividida em subseções que abordam o perfil dos gestores e das entidades participantes, seguidas de análises sobre o nível de concordância em relação a cada uma das categorias dos princípios de governança. Por fim, são apresentados *rankings* que resumem as médias, destacando as categorias e afirmações com maior e menor concordância para cada princípio avaliado.

4.1 PERFIL DOS GESTORES RESPONDENTES DA PESQUISA

Para iniciar a análise dos dados, foi elaborado um conjunto de perguntas que caracterizam o perfil dos gestores das entidades respondentes, conforme exposto abaixo no Quadro 5.

Quadro 5 – Perfil dos Gestores Respondentes da Pesquisa
(continua)

Indicadores		Frequência	%
Sexo	Feminino	13	65,0
	Masculino	7	35,0
Idade	Entre 20 a 35 anos	2	10,0
	Entre 35 a 50 anos	8	40,0
	Mais de 50 anos	10	50,0
Nível de Escolaridade	Ensino Fundamental	0	0,0
	Ensino Médio	2	10,0
	Ensino Superior	18	90,0

(conclusão)

Indicadores		Frequência	%
Função/Cargo	Direção-Presidência	14	70,0
	Gerência	0	0,0
	Supervisão	2	10,0
	Coordenação	4	20,0
	Outro	0	0,0
Função/Cargo	Até 1 ano	2	10,0
	2 a 5 anos	5	25,0
	6 a 10 anos	4	20,0
	Mais de 10 anos	9	45,0

Fonte: Dados da pesquisa.

A amostra final desta pesquisa compreendeu 20 gestores de entidades do terceiro setor do sul catarinense. Observa-se que a maioria dos respondentes é do sexo feminino (65%), enquanto 35% são do sexo masculino. Em relação à faixa etária, 10% possuem entre 20 e 35 anos, 40% entre 35 e 50 anos e 50% têm mais de 50 anos.

Quanto ao nível de escolaridade, 90% dos respondentes possuem ensino superior completo. Em termos de função ou cargo, a maior parte atua na direção ou presidência (70%), seguida de coordenação (20%) e supervisão (10%).

Em relação ao tempo de vínculo com a entidade, 10% dos gestores estão há até 1 ano, 25% entre 2 e 5 anos, 20% entre 6 e 10 anos e 45% possuem mais de 10 anos de atuação.

4.2 PERFIL DAS ENTIDADES

No quadro 6 é apresentado o perfil das entidades participantes da pesquisa, abordando sobre as características que são fundamentais para identificar como o perfil organizacional pode influenciar na adoção de práticas de governança.

Quadro 6 – Perfil das Entidades
(continua)

Indicadores		Frequência	%
Município onde atua	Criciúma	15	75,0
	Araranguá	4	20,0
	Treze de Maio	1	5,0
Tempo de Existência da Entidade	Até 10 anos	3	15,0
	Entre 10 e 15 anos	2	10,0
	Entre 15 e 20 anos	2	10,0
	Acima de 20 anos	13	65,0
Tipo de Entidade	ONG (Organização Não Governamental)	6	30,0
	OSCIPs (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público)	1	5,0
	Associação	11	55,0
	Fundação	0	0,0
	Entidade Beneficente	2	10,0

(conclusão)

Indicadores	Frequência	%	
Área de atuação principal	Saúde	1	5,0
	Educação	4	20,0
	Assistência Social	7	65,0
	Cultura / Arte	3	15,0
	Meio Ambiente	0	0,0
	Esporte / Lazer	2	10,0
	Outros	3	15,0
Receita anual aproximada	Até R\$ 50.000	5	25,0
	R\$ 50.001 a R\$ 200.000	3	15,0
	R\$ 200.001 a R\$ 500.000	4	20,0
	Acima de R\$ 500.000	8	40,0
Fontes de financiamento principais	Doações de pessoas físicas	2	10,0
	Instituições privadas	0	0,0
	Órgãos públicos / Governo	7	35,0
	Projetos e editais	4	20,0
	Contribuições associativas	1	5,0
	Todas citadas acima	5	25,0
	Outras	1	5,0
Possui Conselho de Administração ou equivalente?	Sim	16	80,0
	Não	4	20,0
Possui Código de Ética ou normas internas de conduta?	Sim	19	95,0
	Não	1	5,0

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

De acordo com as informações apresentadas no Quadro 06, das 20 entidades respondentes, a maioria (75%) localiza-se no município de Criciúma e tem mais de 10 anos de existência (85%).

Em relação ao tipo de entidade, 55% são associações, 30% ONGs, 10% entidades beneficentes e 5% OSCIPs. Quanto à área de atuação, 65% atuam em Assistência Social, 20% em Educação, 15% em Cultura/Arte, 10% em Esporte/Lazer, 5% em Saúde e 15% em outras áreas.

No que se refere à receita anual, 40% das entidades possuem mais de R\$ 500.000,00, 25% até R\$ 50.000,00, 15% entre R\$ 50.001 e R\$ 200.000 e 20% entre R\$ 200.001 e 500.000.

Sobre as fontes de financiamento, 35% dependem de órgãos públicos/governo, 25% utilizam todas as fontes citadas, 20% de projetos e editais, 10% de doações de pessoas físicas, 5% de contribuições associativas e 5% de instituições privadas.

Por fim, 80% das entidades possuem Conselho de Administração ou equivalente, e 95% possuem Código de Ética ou normas internas de conduta.

4.3 NÍVEL DE CONCORDÂNCIA SOBRE OS PRÍNCÍPIOS DA GOVERNANÇA CORPORATIVA

Nesta seção, são apresentados os percentuais obtidos para cada afirmativa relacionada aos cinco princípios da Governança Corporativa, com base na pesquisa realizada junto às entidades do terceiro setor do sul catarinense. O objetivo é

evidenciar a percepção dos gestores quanto à aplicação e à importância de cada princípio proposto pelo IBGC (2023)

4.3.1 Princípio da Integridade

No Quadro 7, serão demonstradas as afirmações referentes ao princípio da Integridade.

Quadro 7 – Afirmações do Princípio da Integridade

Princípio da Integridade							
Categoria	Afirmações	Escala Likert					Peso %
		DT	DP	N	CP	CT	
Código de Conduta	Possui código de ética ou conduta formalizado.	1	0	3	3	13	83,8
	Todos recebem treinamento sobre o código de conduta.	1	0	3	4	12	82,5
	O código de conduta é revisado periodicamente.	1	0	4	4	11	80,0
	O código de conduta é divulgado.	1	1	3	4	11	78,8
Média							81,3
Conflito de Interesses	Existem regras para evitar conflitos de interesse.	0	0	2	3	15	91,3
	Casos de conflito de interesse são reportados e tratados formalmente.	0	0	2	4	14	90,0
	Conselheiros e dirigentes devem declarar potenciais conflitos de interesse.	0	0	1	3	16	93,8
	Decisões estratégicas são registradas de forma a evitar favorecimento pessoal.	0	0	1	4	15	92,5
Média							91,9
Conduta Ética	Valoriza a honestidade e a integridade.	0	0	0	1	19	98,8
	Decisões difíceis priorizam princípios éticos.	0	0	0	1	19	98,8
	Casos de má conduta são tratados de forma transparente.	0	0	0	3	17	96,3
	Os dirigentes dão exemplo de comportamento ético.	0	0	0	2	18	97,5
Média							97,8
Canal e Controle de Denúncias	A entidade possui canal de denúncias ativo.	3	0	6	5	6	63,8
	As denúncias são investigadas de forma sigilosa.	0	0	5	2	13	85,0
	Não há retaliação contra denunciante.	1	1	5	1	12	77,5
	O canal de denúncias é de conhecimento público.	2	1	5	4	8	68,8
Média							73,8

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Na categoria Código de Conduta, observa-se média de 81,3% de concordância, indicando que a maioria das entidades possui código de ética formalizado, realiza treinamentos para colaboradores e voluntários, revisa periodicamente o código e divulga suas diretrizes a parceiros e beneficiários. Embora os índices sejam expressivos, a divulgação externa ainda apresenta menor adesão, sugerindo oportunidade de ampliação da comunicação do código de conduta.

Em relação à categoria Conflito de Interesses, a média geral foi de 91,9%, refletindo um sólido comprometimento das entidades em estabelecer regras formais para evitar conflitos, registrar decisões estratégicas de forma transparente e exigir declarações de potenciais conflitos por conselheiros e dirigentes. Estes resultados evidenciam práticas consistentes de governança, prevenindo favorecimentos pessoais e fortalecendo a confiança dos *stakeholders*.

A categoria Conduta Ética obteve a maior média (97,8%), demonstrando que os gestores valorizam a honestidade, a integridade e a transparência em todas as atividades da entidade. Além disso, as decisões difíceis priorizam princípios éticos e os dirigentes atuam como exemplos de comportamento ético, reforçando a cultura institucional de integridade.

Por fim, na categoria Canal e Controle de Denúncias, a média geral foi de 73,8%, evidenciando que, embora algumas entidades possuam canais de denúncias ativos e sigilosos, a comunicação e a utilização desses mecanismos ainda apresentam desafios. A menor concordância foi registrada na afirmação sobre a publicidade do canal de denúncias (68,8%), sugerindo necessidade de maior divulgação e conscientização quanto à proteção de denunciantes.

4.3.2 Princípio da Transparência

No Quadro 8, serão demonstradas as afirmações referentes ao princípio da Transparência.

Quadro 8 – Afirmações do Princípio da Transparência

Princípio da Transparência							
Categoria	Afirmações	Escala Likert					Peso %
		DT	DP	N	CP	CT	
Divulgação Financeira	A entidade publica relatórios financeiros regulares.	1	0	1	0	18	92,5
	As informações financeiras estão disponíveis ao público.	0	1	3	1	15	87,5
	Relatórios financeiros seguem normas contábeis adequadas.	0	0	1	2	17	95,0
	Relatórios financeiros são compreensíveis e claros.	0	0	2	0	18	95,0
Média							92,5
Comunicação Institucional	A entidade mantém canais ativos de comunicação (site, redes, boletins).	0	0	1	1	18	96,3
	Projetos e atividades são divulgados regularmente.	0	0	1	1	18	96,3
	A comunicação institucional é clara e acessível.	0	0	1	4	15	92,5
	Assembleias ou reuniões com <i>stakeholders</i> são realizadas.	1	0	4	1	14	83,8
Média							92,2
Prestação de Contas	A entidade apresenta relatórios anuais de atividades.	0	0	2	0	18	95,0
	A prestação de contas inclui resultados financeiros e sociais.	0	0	2	1	17	93,8
	Os relatórios são submetidos ao conselho ou assembleia.	0	0	2	0	18	95,0
	Beneficiários têm acesso às informações de prestação de contas.	0	0	3	1	16	91,3
Média							93,8
Acesso à Informação	Informações relevantes estão disponíveis sem necessidade de solicitação formal.	0	0	1	6	13	90,0
	A entidade responde rapidamente a pedidos de informação.	0	0	1	3	16	93,8
	O site ou canais oficiais contêm dados sobre projetos e resultados.	0	0	2	5	13	88,8
	As informações são publicadas em linguagem acessível.	0	0	1	3	16	93,8
Média							91,6

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Conforme os dados do Quadro 8, observa-se que as entidades do terceiro setor do sul catarinense demonstram alto grau de concordância com práticas de transparência, evidenciando que a divulgação de informações financeiras e institucionais é valorizada como ferramenta de credibilidade e confiança junto a associados, beneficiários e demais *stakeholders*.

Na categoria Divulgação Financeira, a média de 92,5% reflete que a maioria das entidades publica relatórios financeiros regulares, disponibiliza informações ao público, segue normas contábeis e garante a clareza dos relatórios. Esses resultados indicam que a transparência financeira é percebida como essencial para assegurar a confiança interna e externa, além de contribuir para a estabilidade organizacional.

A categoria Comunicação Institucional apresentou média de 92,2%, destacando que as entidades mantêm canais de comunicação ativos, divulgam regularmente projetos e atividades, promovem clareza na comunicação e realizam assembleias ou reuniões com *stakeholders*. Esses dados evidenciam a valorização da comunicação transparente para o engajamento dos públicos internos e externos.

Em relação à Prestação de Contas, a média foi de 93,8%, reforçando que os gestores consideram essencial apresentar relatórios anuais de atividades, com resultados financeiros e sociais, submetidos ao conselho ou assembleia e acessíveis aos beneficiários. A prática da prestação de contas é fundamental para fortalecer a confiança dos financiadores e garantir a responsabilidade institucional das entidades.

Por fim, a categoria Acesso à Informação obteve média de 91,6%, indicando que as informações relevantes estão disponíveis de forma acessível, a entidade responde rapidamente a solicitações e os canais oficiais disponibilizam dados sobre projetos e resultados em linguagem compreensível.

4.3.1 Princípio da Equidade

No Quadro 9, serão demonstradas as afirmações referentes ao princípio da Equidade.

Quadro 9 – Afirmações do Princípio da Equidade
(continua)

Princípio da Equidade							
Categoria	Afirmações	Escala Likert					Peso %
		DT	DP	N	CP	CT	
Tratamento Justo dos membros	Tratam todos os beneficiários de forma igualitária.	0	0	0	1	19	98,8
	Não há discriminação por gênero, raça, religião ou classe social.	0	1	0	0	19	96,3
	Com igualdade de acesso aos programas.	0	0	0	3	17	96,3
	Há políticas formais de diversidade e inclusão.	2	1	3	1	13	77,5
Média							92,2
Participação	Beneficiários e parceiros são ouvidos em consultas.	0	1	2	3	14	87,5
	A entidade promove mecanismos de participação.	0	1	2	2	15	88,8
	Opiniões de <i>stakeholders</i> são consideradas nas decisões.	0	1	6	5	8	75,0
	Há canais para feedback da comunidade.	0	1	2	4	13	86,3
Média							84,4

(conclusão)

Princípio da Equidade							
Categoria	Afirmações	Escala Likert					Peso %
		DT	DP	N	CP	CT	
Processos de Seleção	Critérios de ingresso em programas são claros.	0	1	0	0	19	96,3
	Processos de seleção são divulgados previamente.	0	1	0	3	16	92,5
	Não há favorecimento pessoal em processos seletivos.	0	1	1	0	18	93,8
	Os critérios de seleção são avaliados periodicamente.	0	1	0	1	18	95,0
Média							94,4
Gestão de Pessoas	Funcionários têm oportunidades de capacitação.	0	0	0	3	17	96,3
	Promove igualdade de oportunidades internas.	0	0	0	1	19	98,8
	Voluntários são tratados com respeito e reconhecimento.	0	0	0	1	19	98,8
	Políticas de RH respeitam princípios de equidade.	0	0	2	1	17	93,8
Média							96,9

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Na categoria Tratamento Justo dos Membros, observa-se uma média de 92,2% de concordância, indicando que a maioria das entidades trata todos os beneficiários de forma igualitária, sem discriminação por gênero, raça, religião ou classe social, e garante igualdade de acesso aos programas. Entretanto, a adoção de políticas formais de diversidade e inclusão apresentou menor índice (77,5%), sugerindo que ainda há espaço para ampliar a institucionalização dessas práticas.

Em relação à categoria Participação, a média geral foi de 84,4%, refletindo que os gestores valorizam a escuta de beneficiários e parceiros, promovem mecanismos de participação, consideram opiniões de *stakeholders* nas decisões e mantêm canais de *feedback* da comunidade. Apesar do reconhecimento da importância da participação, a menor concordância (75%) indica que a integração efetiva de todas as vozes ainda apresenta desafios.

A categoria Processos de Seleção apresentou média de 94,4%, evidenciando que os critérios de ingresso em programas são claros, divulgados previamente, avaliados periodicamente e aplicados sem favorecimentos pessoais. Esses dados reforçam a percepção de que processos seletivos justos contribuem para a confiança e legitimidade das entidades junto aos beneficiários.

Por fim, a categoria Gestão de Pessoas obteve a maior média (96,9%), indicando que funcionários e voluntários têm acesso a oportunidades de capacitação, igualdade de oportunidades internas, reconhecimento e respeito, bem como que as políticas de recursos humanos respeitam princípios de equidade. Esses resultados revelam que a gestão de pessoas nas entidades do terceiro setor é amplamente orientada para práticas igualitárias, fortalecendo a cultura institucional e a confiança interna.

4.3.3 Princípio da Responsabilização

O Quadro 10 apresenta as afirmações relacionadas à categoria de Responsabilização.

Quadro 10 – Afirmações do Princípio da Responsabilização

Princípio da Responsabilização							
Categoria	Afirmações	Escala Likert					Peso %
		DT	DP	N	CP	CT	
Estrutura de Governança	Possui conselho/diretoria formalmente constituído.	0	0	0	1	19	98,8
	Papéis e responsabilidades são claros.	0	0	0	2	18	97,5
	A composição do conselho é registrada em estatuto.	0	0	0	2	18	97,5
	Há renovação periódica dos cargos de direção.	0	1	2	4	13	86,3
Média							95,0
Prestação de Contas	Dirigentes prestam contas regularmente.	0	0	0	0	20	100,0
	Relatórios de gestão são divulgados a todos.	0	0	1	0	19	97,5
	Prestação de contas inclui metas alcançadas e não alcançadas.	0	0	1	1	18	96,3
	A comunidade é informada dos resultados da entidade.	0	0	1	2	17	95,0
Média							97,2
Auditoria e Controle	Contas submetidas a auditorias independentes.	1	0	0	3	16	91,3
	Controles internos regularidade financeira.	0	0	1	0	19	97,5
	Relatórios contábeis são analisados pelo conselho fiscal.	0	0	0	1	19	98,8
	Auditorias recomendam melhorias que são implementadas.	0	0	2	1	17	93,8
Média							95,3
Conformidade Legal	A entidade cumpre rigorosamente todas as normas e leis aplicáveis à sua gestão.	0	0	0	0	20	100,0
	Obrigações fiscais são cumpridas dentro dos prazos.	0	0	0	0	20	100,0
	Estatuto e regulamentos estão atualizados.	0	0	0	2	18	97,5
	Há acompanhamento jurídico das decisões estratégicas.	0	0	1	2	17	95,0
Média							98,1

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Os resultados apresentados no Quadro 10 demonstram elevado nível de concordância entre os gestores das entidades do terceiro setor analisadas, evidenciando um forte comprometimento com práticas de gestão responsáveis, prestação de contas e conformidade legal.

Na categoria Estrutura de Governança, a média de 95,0% indica que a maioria das entidades possui conselhos ou diretorias formalmente constituídos, com papéis e responsabilidades claramente definidos. Esse resultado mostra que há uma preocupação consolidada com a formalização da estrutura decisória, o que contribui para a transparência e eficiência das ações administrativas.

A categoria Prestação de Contas apresentou o maior índice médio (97,2%), destacando a cultura de transparência e responsabilização. As entidades demonstraram elevado comprometimento em divulgar relatórios de gestão, comunicar resultados à comunidade e relatar metas alcançadas e não alcançadas, práticas fundamentais para fortalecer a confiança dos financiadores, associados e beneficiários.

Em relação à Auditoria e Controle, observou-se média de 95,3%, indicando que há mecanismos internos e externos de controle atuantes. A submissão das contas a auditorias independentes, a análise de relatórios contábeis pelo conselho fiscal e a

implementação das recomendações de auditoria evidenciam maturidade no processo de governança e compromisso com a integridade financeira das organizações.

Por fim, a categoria Conformidade Legal obteve a maior média geral (98,1%), o que reflete a adesão quase integral às normas e legislações vigentes. As entidades demonstram cuidado no cumprimento de obrigações fiscais, atualização estatutária e acompanhamento jurídico das decisões estratégicas. Esses resultados reforçam o compromisso das organizações do terceiro setor com a legalidade, ética e responsabilidade institucional.

4.3.4 Princípio da Sustentabilidade

O Quadro 11 traz as afirmações referentes à categoria de Sustentabilidade.

Quadro 11 – Afirmações do Princípio da Sustentabilidade

Princípio da Sustentabilidade							
Categoria	Afirmações	Escala Likert					Peso %
		DT	DP	N	CP	CT	
Planejamento Estratégico	Possui planejamento estratégico formal.	0	2	1	4	13	85,0
	Incluem metas de curto, médio e longo prazo.	0	2	1	5	12	83,8
	O planejamento é revisado periodicamente.	0	1	2	4	13	86,3
	O planejamento orienta as decisões da entidade.	0	1	1	3	15	90,0
Média							86,3
Sustentabilidade Financeira	Há esforço para diversificar fontes de receita.	1	0	0	0	19	95,0
	Existe reserva financeira para emergências.	2	1	1	2	14	81,3
	Busca reduzir dependência de único financiador.	0	0	2	1	17	93,8
	Estratégias de captação de recursos planejadas.	1	0	0	2	17	92,5
Média							90,6
Sustentabilidade Institucional	Existe plano de sucessão para lideranças.	0	0	5	2	13	85,0
	Conhecimento e memória institucional são registrados.	0	0	2	1	17	93,8
	Programas de capacitação fortalecem a equipe.	0	0	0	2	18	97,5
	A entidade busca parcerias de longo prazo.	0	0	0	2	18	97,5
Média							93,4
Sustentabilidade Socioambiental	Consideram impactos ambientais.	0	0	4	1	15	88,8
	Projetos incluem objetivos sociais e ambientais.	0	0	4	2	14	87,5
	Ações para reduzir consumo de recursos naturais.	0	0	5	3	12	83,8
	Sustentabilidade é tema recorrente no conselho/diretoria.	0	0	5	3	12	83,8
Média							85,9

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

No Quadro 11, observa-se que o Princípio da Sustentabilidade apresenta níveis elevados de concordância geral entre os gestores das entidades pesquisadas, refletindo uma preocupação crescente com a continuidade e a responsabilidade organizacional.

Na categoria Planejamento Estratégico, o índice médio de concordância foi de 86,3%, evidenciando que a maioria das entidades possui um planejamento estruturado, com revisões periódicas e metas de curto, médio e longo prazo. Isso demonstra uma gestão voltada para o futuro e para o alinhamento das decisões estratégicas com os objetivos institucionais.

A Sustentabilidade Financeira apresentou a maior média geral (90,6%), destacando-se pela ênfase na diversificação das fontes de receita e na redução da dependência de um único financiador. Esses resultados indicam um esforço significativo das entidades em manter estabilidade e autonomia financeira, fundamentais para sua perenidade.

Na Sustentabilidade Institucional, a média alcançou 93,4%, o índice mais elevado entre as categorias, reforçando o comprometimento das entidades com a continuidade administrativa, a gestão do conhecimento e a formação de lideranças. A alta concordância com as afirmativas sobre capacitação da equipe e parcerias de longo prazo revela uma gestão orientada à consolidação institucional e à construção de relacionamentos sustentáveis.

Por fim, a Sustentabilidade Socioambiental apresentou média de 85,9%, demonstrando que as entidades consideram os impactos ambientais e sociais em suas atividades. Embora o tema apresente índices ligeiramente inferiores às demais categorias, nota-se que há uma inserção crescente da pauta ambiental e social na gestão das organizações, especialmente quando associada a projetos e decisões estratégicas.

4.4 RESUMO DA PONTUAÇÃO MÉDIA (%)

Para visualizar de forma resumida o que foi apresentado nas análises anteriores, utilizou-se quadros com o *ranking* da pontuação média (%) dos níveis de concordância das afirmações, categorias e princípios de governança corporativa. Esse resumo facilita a identificação dos princípios com maior e menor concordância, destacando aqueles mais valorizados na percepção dos gestores.

4.4.1 *Ranking* da pontuação média (%) por afirmação dos Princípios de Governança Corporativa

O Quadro 12 traz o recorte do Anexo 1, com seis maiores e os seis menores percentuais do *ranking* referente a pontuação média por afirmação dos princípios de Governança Corporativa, representando um recorte do Apêndice B.

Quadro 12 – *Ranking* das afirmações dos Princípios de Governança Corporativa (continua)

Princípio	Categoria	Afirmações	Peso%
Responsabilização	Prestação de Contas	Dirigentes prestam contas a associados ou conselho regularmente.	100,0
Responsabilização	Conformidade Legal	A entidade cumpre rigorosamente todas as normas e leis aplicáveis à sua gestão.	100,0
Responsabilização	Conformidade Legal	Obrigações fiscais são cumpridas dentro dos prazos.	100,0
Equidade	Tratamento Justo dos membros	A entidade trata todos os beneficiários de forma igualitária.	98,8
Equidade	Gestão de Pessoas	A entidade promove igualdade de oportunidades internas.	98,8
Equidade	Gestão de Pessoas	Voluntários são tratados com respeito e reconhecimento.	98,8

(conclusão)

Princípio	Categoria	Afirmações	Peso%
Integridade	Código de Conduta	O código de conduta é divulgado a parceiros e beneficiários.	78,8
Integridade	Canal e Controle de Denúncias	Não há retaliação contra denunciante.	77,5
Equidade	Tratamento Justo dos membros	Há políticas formais de diversidade e inclusão.	77,5
Equidade	Participação	Opiniões de <i>stakeholders</i> são consideradas nas decisões.	75,0
Integridade	Canal e Controle de Denúncias	O canal de denúncias é de conhecimento público.	68,8
Integridade	Canal e Controle de Denúncias	A entidade possui canal de denúncias ativo.	63,8

Fonte: Dados da Pesquisa (2025).

O Quadro 12 apresenta o *ranking* das afirmações, destacando os itens com maior e menor nível de concordância, permitindo observar com clareza as prioridades e percepções dos gestores quanto à governança. As afirmações com concordância acima de 95% refletem forte adesão a práticas de responsabilização, integridade e equidade, enquanto aquelas com pontuação abaixo de 75% evidenciam aspectos que ainda requerem atenção, principalmente no que diz respeito à participação equitativa e aos canais de denúncias.

No topo do *ranking*, verificou-se que as afirmações relacionadas à prestação de contas e conformidade legal atingiram 100% de concordância, como nos casos de “Dirigentes prestam contas a associados ou conselho regularmente”, “A entidade cumpre rigorosamente todas as normas e leis aplicáveis à sua gestão” e “Obrigações fiscais são cumpridas dentro dos prazos”. Itens ligados à equidade e gestão de pessoas, como “A entidade trata todos os beneficiários de forma igualitária” e “A entidade promove igualdade de oportunidades internas”, também apresentaram pontuação muito elevada (98,8%), demonstrando a valorização de práticas justas na gestão.

As práticas relacionadas à transparência, incluindo comunicação institucional e divulgação financeira, receberam concordância média alta (entre 92,5% e 96,3%), evidenciando que os gestores priorizam a clareza e a acessibilidade das informações para fortalecer a confiança dos *stakeholders*. De forma semelhante, a sustentabilidade institucional e financeira apresentou pontuações elevadas (93,8% a 97,5%), indicando atenção à capacitação da equipe, à diversificação de receitas e ao planejamento estratégico de longo prazo.

Por outro lado, aspectos de participação e canais de denúncia apresentaram menor adesão, com percentuais variando entre 63,8% e 75%. Itens como “Opiniões de *stakeholders* são consideradas nas decisões” (75%) e “A entidade possui canal de denúncias ativo” (63,8%) demonstram que, embora reconhecidos, esses mecanismos ainda não são plenamente incorporados na rotina das entidades, revelando oportunidades de aprimoramento na inclusão de beneficiários, parceiros e colaboradores nas decisões e na transparência de processos críticos.

Em síntese, os dados do *ranking* indicam que, para os gestores das entidades do terceiro setor no sul catarinense, ética, prestação de contas e responsabilidade são

fundamentais para a estabilidade e a continuidade das organizações. Já os aspectos relacionados à equidade, participação e responsabilidade social, embora importantes, apresentam menor prioridade e merecem atenção estratégica para promover maior inclusão, transparência e sustentabilidade organizacional.

4.4.2 *Ranking* da Pontuação média (%) das categorias

No Quadro 13, é demonstrado um recorte do Anexo 2, com os três primeiros e os três últimos percentuais do *ranking* com a pontuação média das categorias relacionadas aos princípios de governança corporativa.

Quadro 13 – *Ranking* das categorias dos princípios de governança corporativa

Princípio	Categoria	Média (%)
Responsabilização	Conformidade Legal	98,1
Integridade	Conduta Ética	97,8
Responsabilização	Prestação de Contas	97,2
Sustentabilidade	Sustentabilidade Socioambiental	85,9
Equidade	Participação	84,4
Integridade	Código de Conduta	81,3
Integridade	Canal e Controle de Denúncias	73,8

Fonte: Dados da Pesquisa (2025).

A análise dos resultados apresentados no Quadro 13 demonstra que as categorias “Conformidade Legal” (98,1%), “Conduta Ética” (97,8%) e “Prestação de Contas” (97,2%) obtiveram as maiores médias percentuais, evidenciando que as entidades do terceiro setor valorizam fortemente a responsabilidade corporativa e o cumprimento das normas legais como pilares de sua atuação. Essa predominância reflete uma preocupação constante com a legitimidade institucional e a necessidade de manter uma gestão ética e juridicamente adequada às exigências legais e fiscais.

Em seguida, observam-se médias igualmente elevadas em categorias associadas à equidade e à estrutura de governança, como “Gestão de Pessoas” (96,9%), “Auditoria e Controle” (95,3%) e “Estrutura de Governança” (95,0%), o que demonstra que as organizações têm buscado consolidar estruturas internas claras e responsáveis, além de práticas que promovem a valorização dos colaboradores e voluntários. Tais resultados estão alinhados ao princípio da prestação de contas, que, segundo IBGC (2023), é essencial para a consolidação da confiança entre dirigentes, beneficiários e parceiros.

As categorias relacionadas à transparência, como “Prestação de Contas” (93,8%), “Divulgação Financeira” (92,5%) e “Comunicação Institucional” (92,2%), também apresentaram índices expressivos. Esses resultados demonstram que as entidades reconhecem a importância de tornar públicas suas ações e resultados, contribuindo para a credibilidade e para o fortalecimento da imagem institucional perante a sociedade.

Por outro lado, as categorias “Código de Conduta” (81,3%) e “Canal e Controle de Denúncias” (73,8%) apresentaram as menores médias, revelando uma fragilidade nas práticas relacionadas à formalização e à efetividade dos mecanismos de integridade. Isso indica que, embora exista uma consciência ética consolidada, ainda há lacunas no que se refere à criação de canais acessíveis e à difusão de políticas anticorrupção, fundamentais para o fortalecimento da governança.

4.4.3 *Ranking* da Pontuação média (%) dos Princípios de Governança Cooperativa

Os dados informados no Quadro 14 dizem respeito a pontuação média dos Princípios de Governança Corporativa.

Quadro 14 – *Ranking* dos Princípios de Governança Corporativa

Princípio de Governança Corporativa	Média (%)
Responsabilização	96,41
Transparência	92,5
Equidade	91,95
Sustentabilidade	89,46
Integridade	86,17

Fonte: Dados da Pesquisa (2025).

Os resultados indicam que a Responsabilização foi o princípio mais valorizado (96,41%), evidenciando o compromisso das entidades do terceiro setor com o cumprimento de suas funções e a efetiva prestação de contas. Em seguida, destacam-se Transparência (92,5%) e Equidade (91,95), reforçando o cuidado com a justiça e a clareza nas relações institucionais. Já Sustentabilidade (89,46%) e Integridade (86,17%) apresentaram menores médias, apontando a necessidade de aprimorar práticas éticas e estratégias voltadas à continuidade organizacional. Esses resultados confirmam a relevância da prestação de contas por meio da contabilidade em conformidade, elemento essencial para fortalecer a confiança entre dirigentes, beneficiários e parceiros.

4.5 RESUMO DAS RESPOSTAS DAS PERGUNTAS ABERTAS

No Quadro 15, foram unificadas as respostas obtidas nas perguntas abertas, com o objetivo de compreender as percepções dos participantes sobre a relevância dos princípios da Governança Corporativa e os fatores que influenciam a longevidade das entidades no extremo sul catarinense. Essas respostas permitem uma visão mais aprofundada das experiências e opiniões pessoais dos respondentes.

Quadro 15 – Perguntas abertas

Perguntas Abertas	Respostas
<p>Na sua opinião, quais são os principais desafios enfrentados pela sua entidade em relação à governança corporativa?</p>	<p>As respostas apontam que os principais desafios envolvem a transparência na gestão, a captação de recursos financeiros e humanos e o engajamento dos participantes. A dificuldade em equilibrar a profissionalização da gestão com a preservação da identidade social é recorrente, destacando a necessidade de práticas mais estruturadas de comunicação, controle e prestação de contas. Além disso, a conformidade legal e a sustentabilidade financeira são mencionadas como pontos críticos para a continuidade das atividades das entidades.</p>
<p>Quais boas práticas de gestão ou governança a sua entidade adota e que poderiam servir de exemplo para outras organizações do Terceiro Setor?</p>	<p>As boas práticas mais citadas envolvem a transparência nas decisões, o planejamento estratégico participativo, a gestão ética dos recursos, a prestação de contas regular e o respeito aos valores institucionais. Os participantes ressaltam a importância da comunicação clara, da formação de lideranças e da continuidade da missão social, entendendo que a confiança e o comprometimento com a comunidade são determinantes para a longevidade e credibilidade das instituições.</p>

Fonte: Dados da Pesquisa (2025).

A análise das respostas evidencia que os gestores das entidades do terceiro setor reconhecem a transparência e a responsabilização como elementos fundamentais da governança, associando-as à confiança pública e à eficiência administrativa. Nota-se também que há preocupação com a sustentabilidade financeira e social, o que demonstra o esforço em alinhar a missão institucional com práticas de gestão sólidas.

Entretanto, desafios relacionados à equidade interna, à retenção de talentos e à captação de recursos ainda persistem, indicando a necessidade de políticas de governança mais estruturadas e integradas às demandas específicas do setor.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As entidades do terceiro setor desempenham papel essencial na promoção de serviços sociais, culturais e educacionais em regiões como o sul de Santa Catarina. A presente pesquisa buscou analisar a percepção dos gestores dessas organizações em relação aos princípios de governança corporativa, identificando como esses princípios são aplicados, percebidos e valorizados nas práticas cotidianas.

Os resultados indicam que os princípios de Responsabilização e Transparência são amplamente valorizados pelos gestores. A divulgação clara de informações, a prestação de contas periódica e o rigor na gestão demonstram a preocupação das entidades em fortalecer a confiança de *stakeholders* internos e externos, para assegurar a credibilidade e continuidade institucional. Essa valorização está ligada ao perfil das entidades, em sua maioria consolidadas e com mais de 20

anos de atuação, e ao perfil dos gestores, em grande parte experientes e com formação superior, que priorizam práticas de comunicação confiáveis e decisões fundamentadas.

Por outro lado, aspectos relacionados à Equidade, especialmente a participação igualitária nas decisões e a promoção de diversidade, apresentaram índices mais baixos de adesão. Isso evidencia a centralização de poder, típicas de organizações tradicionais, e destaca a necessidade de desenvolver políticas mais inclusivas, capazes de equilibrar a participação entre gestores, colaboradores e demais *stakeholders*. A implementação de mecanismos formais de participação e *feedback* pode surgir, portanto, como fator estratégico para fortalecer a coesão interna e a legitimidade das decisões.

Quanto à Integridade, os gestores apontaram para a importância de códigos de conduta e processos éticos, porém identificou-se lacunas em canais de denúncia e monitoramento de práticas antiéticas. Essa observação indica a oportunidade de reforçar a cultura ética, ampliando a confiança e a segurança organizacional.

No que se refere à Sustentabilidade, os resultados mostram que, embora haja preocupações com responsabilidade social e ambiental, as práticas sustentáveis ainda não são uniformes. Existe espaço para consolidar estratégias que combinem sustentabilidade financeira, social e ambiental, garantindo a perpetuidade das entidades e sua relevância na sociedade.

Em síntese, as entidades do terceiro setor do sul catarinense apresentam uma valorização significativa da governança corporativa, sobretudo em relação à Transparência e à Responsabilização, enquanto desafios persistem em Equidade, Sustentabilidade e em mecanismos mais formais de Integridade. A consolidação dessas práticas é essencial não apenas para a eficiência e continuidade das organizações, mas também para fortalecer a confiança dos beneficiários, financiadores e da comunidade.

As limitações do estudo estão relacionadas à amostra restrita em tamanho e região, o que recomenda pesquisas futuras com maior diversidade de entidades, setores e localidades, ou uma pesquisa centralizada nas entidades com foco nas práticas sociais, para fortalecer a compreensão sobre a governança corporativa no terceiro setor de forma restrita a um grupo ou de forma mais ampla.

REFERÊNCIAS

BABBIE, Earl. *The Practice of Social Research*. 12. ed. Belmont: Wadsworth Cengage Learning, 2010.

BRASIL. **Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999**. Regulamenta a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1 jul. 1999.

BRASIL. **Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010**. Regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 jul. 2010.

BRASIL. **Lei da Transparência**. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 nov. 2011.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Institui o Código Civil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jan. 2002.

BRASIL. **Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.** Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 nov. 2009.

BRASIL. **Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014.** Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 1 ago. 2014.

BRASIL. **Lei das OSCIPs.** Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 mar. 1999.

BRYMAN, Alan. **Social Research Methods.** 4. ed. Oxford: Oxford University Press, 2012.

CARDOSO, Ruth. **Fortalecimento da Sociedade Civil.** In: IOSCHPE, Evelyn et al. (Org.). 3º Setor: Desenvolvimento Social Sustentado. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC. **Manual de procedimentos contábeis e prestação de contas das entidades de interesse social.** ed. Brasília: CFC, 2015.

CPC. **Comitê de Pronunciamentos Contábeis.** Disponível em: <https://www.cpc.org.br>. Acesso em: 5 mar. 2025.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GONÇALVES, Gabriel Vinicius Carmona. **Governança e Compliance nas Entidades Benéficas.** 2025. Tese (Doutorado em Direito Político e Econômico) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2025.

GONZALES, Roberto Sousa. **Governança Corporativa: o poder de transformação das empresas.** São Paulo: Trevisan Editora, 2012.

IBGC. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa –**Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa** –6ª edi. –São Paulo, 2023. Disponível em: < IBGC | IBGC lança 6ª edição do Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa> Acessado em: 5 mar. 2025.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de Marketing: Uma Orientação Aplicada.** Porto Alegre: Bookman, 2019. Ebook. ISBN 9788582605103. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582605103>.

MAÑAS, A. V.; MEDEIROS, E. E. de. **Terceiro Setor: um estudo sobre a sua importância no processo de desenvolvimento socio-econômico.** Perspectivas em Gestão & Conhecimento, João Pessoa, v. 2, n. 2, p. 15-29, jul./dez. 2012. ISSN 2236-417X. Recuperado de <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc>

MÁRIO, P. C. et al. **A utilização de instrumentos de contabilidade gerencial em entidades do terceiro setor.** Sociedade, Contabilidade e Gestão, v. 8, n. 1, 2013.

ROCHA, I. B. L.; FEITOSA, M. G. G. **Governança em ONGs: Um Ensaio Teórico.** Cadernos Gestão Social, v. 4, n. 1, 2013. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/cgs/article/view/31603/pdf_45. Acesso em: 29 abr. 2025.

SALAMON, Lester M. (Coord.); ANHEIER, Helmut K. **The nonprofit sector in the developing world. Great Britain: Manchester University Press, 1998.** (Johns Hopkins Nonprofit Sector Series).

SZAZI, Eduardo. Terceiro Setor: Regulação no Brasil. 4. ed. São Paulo: Peirópolis, 2006. Bibliografia.

TENÓRIO, F. G. (1998). **Gestão social: uma perspectiva conceitual.** Revista De Administração Pública, 32(5), 7 a 23. Recuperado de <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/7754>

VIDAL, F. A. B.; BRANCO, M. I. C. **Gestão de ONGs e Desenvolvimento Social: Paradoxos e Desafios da Administração no Terceiro Setor.** Revista Alcance, v. 11, n. 3, p. 403-421, set./dez. 2004. Recuperado de <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/21555,+Artigo5.pdf>

ZUGLIANI, L. F. **A Governança na Perspectiva das Organizações Sociais: O Caso do Instituto de Desenvolvimento e Gestão.** RGC-Revista de Governança Corporativa, v. 10, e0133, 2023. DOI: <https://doi.org/10.21434/IberoamericanJCG.v10igc.133>.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS GESTORES DAS ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR

ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR DO SUL CATARINENSE: A PERCEPÇÃO DOS GESTORES SOBRE A PRESENÇA DOS PRINCÍPIOS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC, 2023)	
BLOCO I - PERFIL DO RESPONDENTE	
Sexo:	<input type="radio"/> feminino <input type="radio"/> masculino
Idade:	<input type="radio"/> Entre 20 a 35 anos <input type="radio"/> Entre 35 a 50 anos <input type="radio"/> Mais de 50 anos
Nível de escolaridade:	<input type="radio"/> Ensino Fundamental <input type="radio"/> Ensino Médio <input type="radio"/> Ensino Superior
Cargo que ocupa atualmente	<input type="radio"/> Direção-Presidência <input type="radio"/> Gerencia <input type="radio"/> Supervisão <input type="radio"/> Coordenação <input type="radio"/> outros
Tempo de atuação na entidade	<input type="radio"/> até 1 ano <input type="radio"/> 2 a 5 anos <input type="radio"/> 6 a 10 anos <input type="radio"/> Mais de 10 anos
BLOCO II – PERFIL DA INSTITUIÇÃO	
Nome da entidade:	
Município onde atua:	
Ano de fundação:	
Tipo de entidade:	<input type="radio"/> ONG (Organização Não Governamental) <input type="radio"/> OSCIPs (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público) <input type="radio"/> Associação <input type="radio"/> Fundação <input type="radio"/> Entidade Beneficente
Área de atuação Principal	<input type="radio"/> Saúde <input type="radio"/> Educação <input type="radio"/> Assistência Social <input type="radio"/> Cultura / Arte <input type="radio"/> Meio Ambiente Arte <input type="radio"/> Esporte / Lazer <input type="radio"/> outro:
Receita anual aproximada	<input type="radio"/> Até R\$ 50.000 <input type="radio"/> R\$ 50.001 a R\$ 200.000 <input type="radio"/> R\$ 200.001 a R\$ 500.000 <input type="radio"/> Acima de R\$ 500.000
Fontes de financiamento Principais (marque todas que se aplicam):	<input type="radio"/> Doações de pessoas físicas <input type="radio"/> Instituições privadas <input type="radio"/> Órgãos públicos / Governo <input type="radio"/> Projetos e editais <input type="radio"/> Contribuições associativas <input type="radio"/> outro
Possui Conselho de Administração ou equivalente?	<input type="radio"/> feminino <input type="radio"/> masculino
Possui Código de Ética ou normas internas de conduta?	<input type="radio"/> feminino <input type="radio"/> masculino

BLOCO III – PRINCÍPIOS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA						
DT: discordo totalmente D: Discordo N: Neutro C: Concordo CT: Concordo Totalmente						
INTEGRIDADE						
Princípios	Afirmações	DT	DP	N	CP	CT
Código de Conduta	A entidade possui código de ética ou conduta formalizado.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Todos os colaboradores e voluntários recebem treinamento sobre o código de conduta.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	O código de conduta é revisado periodicamente.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	O código de conduta é divulgado a parceiros e beneficiários.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Conflito de Interesses	Existem regras formais para evitar conflitos de interesse.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Casos de conflito de interesse são reportados e tratados formalmente.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Conselheiros e dirigentes devem declarar potenciais conflitos de interesse.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Decisões estratégicas são registradas de forma a evitar favorecimento pessoal.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Conduta Ética	A entidade valoriza a honestidade e a integridade em todas as suas atividades.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Decisões difíceis priorizam princípios éticos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Casos de má conduta são tratados de forma transparente.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Os dirigentes dão exemplo de comportamento ético.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Canal e Controle de Denúncias	A entidade possui canal de denúncias ativo.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	As denúncias são investigadas de forma sigilosa.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Não há retaliação contra denunciadores.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	O canal de denúncias é de conhecimento público.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
TRANSPARÊNCIA						
Divulgação Financeira	A entidade publica relatórios financeiros regulares.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	As informações financeiras estão disponíveis ao público.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Relatórios financeiros seguem normas contábeis adequadas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Relatórios financeiros são compreensíveis e claros.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Comunicação Institucional	A entidade mantém canais ativos de comunicação (site, redes, boletins).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Projetos e atividades são divulgados regularmente.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	A comunicação institucional é clara e acessível.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Assembleias ou reuniões com <i>stakeholders</i> são realizadas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Prestação de Contas	A entidade apresenta relatórios anuais de atividades.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

	A prestação de contas inclui resultados financeiros e sociais.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Os relatórios são submetidos ao conselho ou assembleia.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Beneficiários têm acesso às informações de prestação de contas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Acesso à Informação	Informações relevantes estão disponíveis sem necessidade de solicitação formal.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	A entidade responde rapidamente a pedidos de informação.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	O site ou canais oficiais contêm dados sobre projetos e resultados.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	As informações são publicadas em linguagem acessível.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
EQUIDADE						
Tratamento Justo dos membros	A entidade trata todos os beneficiários de forma igualitária.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Não há discriminação por gênero, raça, religião ou classe social.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Beneficiários têm igualdade de acesso aos programas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Há políticas formais de diversidade e inclusão.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Participação	Beneficiários e parceiros são ouvidos em consultas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	A entidade promove mecanismos de participação.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Opiniões de <i>stakeholders</i> são consideradas nas decisões.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Há canais para <i>feedback</i> da comunidade.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Processos de Seleção	Critérios de ingresso em programas são claros.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Processos de seleção são divulgados previamente.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Não há favorecimento pessoal em processos seletivos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Os critérios de seleção são avaliados periodicamente.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Gestão de Pessoas	Funcionários têm acesso a oportunidades de capacitação.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	A entidade promove igualdade de oportunidades internas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Voluntários são tratados com respeito e reconhecimento.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Políticas de RH respeitam princípios de equidade.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
RESPONSABILIZAÇÃO						
Estrutura de Governança	A entidade possui conselho ou diretoria formalmente constituído.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Papéis e responsabilidades dos dirigentes são claros.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	A composição do conselho é registrada em estatuto.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Há renovação periódica dos cargos de direção.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Prestação de Contas	Dirigentes prestam contas a associados ou conselho regularmente.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

	Relatórios de gestão são divulgados a todos os interessados.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Prestação de contas inclui metas alcançadas e não alcançadas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	A comunidade é informada dos resultados da entidade.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Auditoria e Controle	As contas são submetidas a auditoria ou revisão independente.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Existem controles internos para verificar regularidade financeira.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Relatórios contábeis são analisados pelo conselho fiscal.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Auditorias recomendam melhorias que são implementadas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Conformidade Legal	A entidade cumpre rigorosamente todas as normas e leis aplicáveis à sua gestão.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Obrigações fiscais são cumpridas dentro dos prazos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Estatuto e regulamentos estão atualizados.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Há acompanhamento jurídico das decisões estratégicas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
SUSTENTABILIDADE						
Planejamento Estratégico	A entidade possui planejamento estratégico formal.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	O planejamento inclui metas de curto, médio e longo prazo.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	O planejamento é revisado periodicamente.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	O planejamento orienta as decisões da entidade.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Sustentabilidade Financeira	Há esforço para diversificar fontes de receita.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Existe reserva financeira para emergências.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	A entidade busca reduzir dependência de um único financiador.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Há estratégias de captação de recursos planejadas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Sustentabilidade Institucional	Existe plano de sucessão para lideranças.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Conhecimento e memória institucional são registrados.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Programas de capacitação fortalecem a equipe.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	A entidade busca parcerias de longo prazo.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Sustentabilidade Socioambiental	A entidade considera impactos ambientais em suas atividades.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Projetos incluem objetivos sociais e ambientais.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Há ações para reduzir consumo de recursos naturais.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Sustentabilidade é tema recorrente no conselho/diretoria.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Na sua opinião, quais são os principais desafios enfrentados pela sua entidade em relação à governança corporativa?						
Quais boas práticas de gestão ou governança a sua entidade adota e que poderiam servir de exemplo para outras organizações do Terceiro Setor?						

ANEXOS

ANEXO 1 – RANKING PONTUAÇÃO MÉDIA DAS AFIRMAÇÕES.

Princípio	Categoria	Afirmações	Peso%
Responsabilização	Prestação de Contas	Dirigentes prestam contas a associados ou conselho regularmente.	100,0
Responsabilização	Conformidade Legal	A entidade cumpre rigorosamente todas as normas e leis aplicáveis à sua gestão.	100,0
Responsabilização	Conformidade Legal	Obrigações fiscais são cumpridas dentro dos prazos.	100,0
Equidade	Tratamento Justo dos membros	A entidade trata todos os beneficiários de forma igualitária.	98,8
Equidade	Gestão de Pessoas	A entidade promove igualdade de oportunidades internas.	98,8
Equidade	Gestão de Pessoas	Voluntários são tratados com respeito e reconhecimento.	98,8
Responsabilização	Estrutura de Governança	A entidade possui conselho ou diretoria formalmente constituído.	98,8
Integridade	Conduta Ética	A entidade valoriza a honestidade e a integridade em todas as suas atividades.	98,8
Integridade	Conduta Ética	Decisões difíceis priorizam princípios éticos.	98,8
Responsabilização	Auditoria e Controle	Relatórios contábeis são analisados pelo conselho fiscal.	98,8
Integridade	Conduta Ética	Os dirigentes dão exemplo de comportamento ético.	97,5
Responsabilização	Estrutura de Governança	Papéis e responsabilidades dos dirigentes são claros.	97,5
Responsabilização	Estrutura de Governança	A composição do conselho é registrada em estatuto.	97,5
Responsabilização	Prestação de Contas	Relatórios de gestão são divulgados a todos os interessados.	97,5
Responsabilização	Auditoria e Controle	Existem controles internos para verificar regularidade financeira.	97,5
Responsabilização	Conformidade Legal	Estatuto e regulamentos estão atualizados.	97,5
Sustentabilidade	Sustentabilidade e Institucional	Programas de capacitação fortalecem a equipe.	97,5
Sustentabilidade	Sustentabilidade e Institucional	A entidade busca parcerias de longo prazo.	97,5
Transparência	Comunicação Institucional	A entidade mantém canais ativos de comunicação (site, redes, boletins).	96,3
Transparência	Comunicação Institucional	Projetos e atividades são divulgados regularmente.	96,3
Equidade	Tratamento Justo dos membros	Não há discriminação por gênero, raça, religião ou classe social.	96,3
Equidade	Tratamento Justo dos membros	Beneficiários têm igualdade de acesso aos programas.	96,3
Equidade	Processos de Seleção	Critérios de ingresso em programas são claros.	96,3
Equidade	Gestão de Pessoas	Funcionários têm acesso a oportunidades de capacitação.	96,3
Responsabilização	Prestação de Contas	Prestação de contas inclui metas alcançadas e não alcançadas.	96,3

Integridade	Conduta Ética	Casos de má conduta são tratados de forma transparente.	96,3
Transparência	Divulgação Financeira	Relatórios financeiros seguem normas contábeis adequadas.	95,0
Transparência	Divulgação Financeira	Relatórios financeiros são compreensíveis e claros.	95,0
Transparência	Prestação de Contas	A entidade apresenta relatórios anuais de atividades.	95,0
Transparência	Prestação de Contas	Os relatórios são submetidos ao conselho ou assembleia.	95,0
Equidade	Processos de Seleção	Os critérios de seleção são avaliados periodicamente.	95,0
Responsabilização	Prestação de Contas	A comunidade é informada dos resultados da entidade.	95,0
Responsabilização	Conformidade Legal	Há acompanhamento jurídico das decisões estratégicas.	95,0
Sustentabilidade	Sustentabilidade e Financeira	Há esforço para diversificar fontes de receita.	95,0
Integridade	Conflito de Interesses	Conselheiros e dirigentes devem declarar potenciais conflitos de interesse.	93,8
Transparência	Prestação de Contas	A prestação de contas inclui resultados financeiros e sociais.	93,8
Transparência	Acesso à Informação	A entidade responde rapidamente a pedidos de informação.	93,8
Transparência	Acesso à Informação	As informações são publicadas em linguagem acessível.	93,8
Equidade	Processos de Seleção	Não há favorecimento pessoal em processos seletivos.	93,8
Equidade	Gestão de Pessoas	Políticas de RH respeitam princípios de equidade.	93,8
Responsabilização	Auditoria e Controle	Auditorias recomendam melhorias que são implementadas.	93,8
Sustentabilidade	Sustentabilidade e Financeira	A entidade busca reduzir dependência de um único financiador.	93,8
Sustentabilidade	Sustentabilidade e Institucional	Conhecimento e memória institucional são registrados.	93,8
Integridade	Conflito de Interesses	Decisões estratégicas são registradas de forma a evitar favorecimento pessoal.	92,5
Transparência	Divulgação Financeira	A entidade publica relatórios financeiros regulares.	92,5
Transparência	Comunicação Institucional	A comunicação institucional é clara e acessível.	92,5
Equidade	Processos de Seleção	Processos de seleção são divulgados previamente.	92,5
Sustentabilidade	Sustentabilidade e Financeira	Há estratégias de captação de recursos planejadas.	92,5
Integridade	Conflito de Interesses	Existem regras formais para evitar conflitos de interesse.	91,3
Transparência	Prestação de Contas	Beneficiários têm acesso às informações de prestação de contas.	91,3
Responsabilização	Auditoria e Controle	As contas são submetidas a auditoria ou revisão independente.	91,3
Integridade	Conflito de Interesses	Casos de conflito de interesse são reportados e tratados formalmente.	90,0
Transparência	Acesso à Informação	Informações relevantes estão disponíveis sem necessidade de solicitação formal.	90,0
Sustentabilidade	Planejamento Estratégico	O planejamento orienta as decisões da entidade.	90,0

Transparência	Acesso à Informação	O site ou canais oficiais contêm dados sobre projetos e resultados.	88,8
Equidade	Participação	A entidade promove mecanismos de participação.	88,8
Sustentabilidade	Sustentabilidade e Socioambiental	A entidade considera impactos ambientais em suas atividades.	88,8
Transparência	Divulgação Financeira	As informações financeiras estão disponíveis ao público.	87,5
Equidade	Participação	Beneficiários e parceiros são ouvidos em consultas.	87,5
Sustentabilidade	Sustentabilidade e Socioambiental	Projetos incluem objetivos sociais e ambientais.	87,5
Equidade	Participação	Há canais para <i>feedback</i> da comunidade.	86,3
Responsabilização	Estrutura de Governança	Há renovação periódica dos cargos de direção.	86,3
Sustentabilidade	Planejamento Estratégico	O planejamento é revisado periodicamente.	86,3
Integridade	Canal e Controle de Denúncias	As denúncias são investigadas de forma sigilosa.	85,0
Sustentabilidade	Planejamento Estratégico	A entidade possui planejamento estratégico formal.	85,0
Sustentabilidade	Sustentabilidade e Institucional	Existe plano de sucessão para lideranças.	85,0
Integridade	Código de Conduta	A entidade possui código de ética ou conduta formalizado.	83,8
Transparência	Comunicação Institucional	Assembleias ou reuniões com <i>stakeholders</i> são realizadas.	83,8
Sustentabilidade	Planejamento Estratégico	O planejamento inclui metas de curto, médio e longo prazo.	83,8
Sustentabilidade	Sustentabilidade e Socioambiental	Há ações para reduzir consumo de recursos naturais.	83,8
Sustentabilidade	Sustentabilidade e Socioambiental	Sustentabilidade é tema recorrente no conselho/diretoria.	83,8
Integridade	Código de Conduta	Todos os colaboradores e voluntários recebem treinamento sobre o código de conduta.	82,5
Sustentabilidade	Sustentabilidade e Financeira	Existe reserva financeira para emergências.	81,3
Integridade	Código de Conduta	O código de conduta é revisado periodicamente.	80,0
Integridade	Código de Conduta	O código de conduta é divulgado a parceiros e beneficiários.	78,8
Integridade	Canal e Controle de Denúncias	Não há retaliação contra denunciante.	77,5
Equidade	Tratamento Justo dos membros	Há políticas formais de diversidade e inclusão.	77,5
Equidade	Participação	Opiniões de <i>stakeholders</i> são consideradas nas decisões.	75,0
Integridade	Canal e Controle de Denúncias	O canal de denúncias é de conhecimento público.	68,8

Integridade	Canal e Controle de Denúncias	A entidade possui canal de denúncias ativo.	63,8
--------------------	-------------------------------	---	-------------

ANEXO 2 – RANKING DAS CATEGORIAS DOS PRINCÍPIOS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Princípio	Categoria	Média (%)
Responsabilização	Conformidade Legal	98,1
Integridade	Conduta Ética	97,8
Responsabilização	Prestação de Contas	97,2
Equidade	Gestão de Pessoas	96,9
Responsabilização	Auditoria e Controle	95,3
Responsabilização	Estrutura de Governança	95,0
Equidade	Processos de Seleção	94,4
Transparência	Prestação de Contas	93,8
Sustentabilidade	Sustentabilidade Institucional	93,4
Transparência	Divulgação Financeira	92,5
Transparência	Comunicação Institucional	92,2
Equidade	Tratamento Justo dos membros	92,2
Integridade	Conflito de Interesses	91,9
Transparência	Acesso à Informação	91,6
Sustentabilidade	Sustentabilidade Financeira	90,6
Sustentabilidade	Planejamento Estratégico	86,3
Sustentabilidade	Sustentabilidade Socioambiental	85,9
Equidade	Participação	84,4
Integridade	Código de Conduta	81,3
Integridade	Canal e Controle de Denúncias	73,8